Isoglossas portuguesas nos materiais do *Atlas Lingüístico de la Península Ibérica*: análise crítica da *Nova Proposta* de Lindley Cintra[1]

1. Introdução: a Nova Proposta de Cintra.

Em 1973 sai do prelo o volume XXII do *Boletim de Filologia*, que contém um artigo do Professor Luís F. Lindley Cintra, datado de Novembro de 1970, que sugere uma nova proposta de classificação dos dialectos portugueses que nasce de «uma consciente e voluntária tentativa de simplificação, assente numa selecção prévia e numa hierarquização de um número relativamente pouco elevado de traços fonéticos» (Cintra 1964-1971, 99).

Assim sendo, Cintra seleccionou apenas cinco isófonas para classificar os dialectos portugueses,[2] cinco características (mapa 1) que ele julgava serem facilmente perceptíveis pelos falantes e utilizadas pela própria comunidade linguística para determinar a origem geográfica dos indivíduos:

1. Ausência de distinção fonológica entre /b/ e /v/, em favor do primeiro fonema, que se realiza, dependendo do contexto, como [b] ou [β].
2. Realização apical dos fonemas fricativos alveolar sonoro e surdo.
3. Conservação do fonema africado pós-alveolar surdo [tʃ], representado na escrita pelo dígrafo *ch*, para o qual a ortoépia portuguesa prescreve a pronúncia [ʃ].
4. Conservação do ditongo *ou* (realizado foneticamente como [o̯u̯] ou [a̯u̯]).
5. Monotongação do ditongo *ei*.

No entanto, a proposta de classificação dialectal de Cintra (mapa 2) toma em consideração apenas duas destas isoglossas. Atendendo à presença ou ausência da consoante apical, o filólogo português estabelece uma bipartição entre *dialectos setentrionais* e *dialectos centro-meridionais*. O primeiro grupo divide-se ulteriormente em dois, aqueles que mantêm o sistema arcaico de sibilantes apicais e predorsodentais (*dialectos transmontanos e alto-minhotos*) e aqueles que neutralizam a oposição em favor do ramo apical (*dialectos baixo-minhotos, durienses* e *beirões*). Por sua vez, no segundo grupo distingue os *dialectos do centro-litoral*, que conservam o ditongo *ei* e os *dialectos do centro-interior e do sul*, com monotongação.

Para estabelecer a distribuição das isoglossas no seu mapa, Cintra tomou em consideração os materiais que tinha recolhido para o *Atlas Lingüístico de la Península Ibérica* (ALPI) entre 1953 e 1954. Segundo indica em Cintra (1964-1971, 105), não elegeu isoglossas concretas, mas procurou oferecer uma imagem de conjunto da localidade, um «balanço geral fonético do ponto investigado».

Os trabalhos sobre o terreno do ALPI em Portugal começaram em 1936. Os pesquisadores foram o galego Aníbal Otero e o português Armando Nobre de Gusmão, escolhido após a desistência de Rodrigo de Sá Nogueira.[3] O par tinha pesquisado apenas 14 pontos da rede quando os trabalhos foram interrompidos dramaticamente pela Guerra Civil espanhola, que trouxe graves consequências para vários dos investigadores da obra (prisão para Otero e Sanchis Guarner, exílio para Navarro Tomás, etc.). É apenas na década de 50

[1] Este trabalho foi financiado com ajuda do programa de Recursos Humanos da Fundação para a Ciência e a Tecnologia do Governo de Portugal. O autor agradece a Gabriela Vitorino a atenta leitura do texto e as suas observações.

[2] Cintra considera ainda duas isoglossas que delimitam o português e o galego (a inexistência no segundo de fricativas palatais sonoras e o seu menor fechamento e grau de redução das vogais átonas). Porém, este artigo foca-se apenas no território político de Portugal, pois a relação entre estas duas variedades é um tema não isento de polémica e o seu tratamento rigoroso excederia notavelmente os limites deste artigo.

[3] Excepto para a localidade de Rio de Onor, ponto 221, pertencente ao domínio linguístico asturo-leonês, pesquisado por Otero e Aurelio M. Espinosa.

quando se concretizam os preparativos para continuar as pesquisas em Portugal.[4] Porém, nessa altura, Gusmão estava indisponível por motivos de saúde e não foi fácil encontrar um substituto. Finalmente a escolha recaiu em Cintra, professor assistente na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que já tinha trabalhado em Madrid sob a supervisão de Menéndez Pidal, fundador do ALPI.

Cintra e Otero trabalharam conjuntamente em 72 pontos portugueses, enquanto outros 6 pontos (216, 236, 237, 249, 263, 267) desta segunda fase foram pesquisados unicamente pelo filólogo galego, devido a problemas familiares ou profissionais de Cintra. Os dois investigadores mantiveram uma relação tumultuosa, como se pode verificar no epistolário cruzado entre os diferentes membros da equipa do ALPI (Cortés Carreres/García Perales 2009, 257-308). Cintra criticava Otero pela sua nula vontade de trabalho em equipa, a adopção de uma descrição fonética muito complexa e detalhada e a transcrição de numerosas ditongações, inexistentes aos olhos do filólogo português; veja-se o que é dito na secção 6 deste artigo. Por sua vez, Otero acusava Cintra de seleccionar mal os seus informantes, de fazer os seus inquéritos demasiado rapidamente e influindo no sujeito, de não dominar o questionário e de ser negligente na transcrição fonética, ignorando muitas realizações dialectais já que, segundo as constatações de dialectólogos anteriores, não era suposto existirem naquele território. Convém lembrar, no entanto, que não foi Cintra o único que sofreu o mau carácter do galego, pois também não foram aprazíveis as suas relações com Gusmão, a quem considerava muito pouco dotado para perceber variações fonéticas, mesmo as mais básicas para a dialectologia portuguesa, como as distinções entre a sibilante apical e a predorsodental (Cortés Carreres/García Perales 2009, 210).

2. Objectivos do presente trabalho e metodologia

A proposta de Cintra é «filha do seu tempo». Da perspectiva dos numerosos avanços teóricos e técnicos adquiridos pela Dialectologia nas últimas décadas, podem-se fazer muitas críticas a esta classificação dialectal, especialmente pelo facto de ter sido construída a partir da sobreposição de apenas dois traços fonéticos. No entanto, essas considerações não devem obscurecer a grande novidade que significou na altura nos estudos dialectológicos portugueses e que se traduziu numa presença de relevo, ainda hoje, em manuais universitários.

O objectivo perseguido neste trabalho é o exame, com novos instrumentos e metodologia, da distribuição nos materiais ainda inéditos do ALPI das cinco isoglossas consideradas por Cintra. Deste modo, oferecer-se-á uma imagem mais realista da situação linguística do Portugal da altura, que servirá para rebater e matizar algumas das afirmações transmitidas por Cintra, e que constituirá uma base mais sólida para estabelecer confrontos com a fotografia linguística doutros momentos, de modo a poder construir estudos diacrónicos.

As isoglossas da *Nova proposta*, como é costume na Dialectologia clássica, são binárias, isto é, distinguem apenas uma zona em que existe um determinado fenómeno e outra onde essa característica está ausente. Ora bem, a experiência do trabalho dialectológico demonstra que este tipo de mapas não representa fielmente a complexidade da situação linguística real. Dentro da área de extensão de um certo fenómeno existem diferentes graus de vitalidade, indicadores do avanço da mudança linguística. Do mesmo modo, na zona marcada como de ausência existem realmente numerosas ilhotas onde continua a existir o fenómeno pesquisado. Em certas ocasiões, a fala das pessoas idosas é caracterizada por um traço já desaparecido da língua dos mais novos. Noutros casos, o fenómeno está presente numas

[4] Nos últimos anos apareceram numerosos trabalhos sobre a concepção do ALPI e a sua realização; alguns deles, que examinam a escolha dos investigadores e a execução dos inquéritos portugueses, são Pedrazuela (2005) e Ricós (2007).

palavras, mas não noutras, tal como constata o conhecido «provérbio» dialectológico que lembra que cada palavra tem a sua história. Este facto é especialmente claro no limite entre as duas zonas do mapa, que poucas vezes é tão abrupto como dão a entender os mapas tradicionais; pelo contrário, costumam existir áreas de transição.

Para além dessas limitações metodológicas, a contraposição das isoglossas de Cintra supostamente elaboradas a partir dos dados do ALPI com os dados do único volume publicado dessa obra (1962) mostra várias contradições. Vejamos alguns exemplos. No que toca à pronúncia bilabial, os 5 mapas pertinentes (8, 'avô'; 17, 'árvores'; 29, 'cavalo'; 48, 'cravo'*;* 67 'dívida') amostram uma notável presença dessa realização na região de Lisboa; embora apareça de modo sistemático no ponto 272 (Sobreiro, Mafra), pesquisado por Cintra e Otero em Novembro de 1954, essa localidade não é assinalada como ilhota na *Nova proposta*. Numerosos mapas do ALPI revelam que as sibilantes apicais estão praticamente ausentes da franja litoral portuguesa, de Vila do Conde para o Norte, numa extensão que triplica a ilhota assinalada no seu mapa por Cintra. A propósito da monotongação de *ei*, os mapas 64 'direita' e 75 'eixo' apresentam pautas de distribuição muito diferentes, mas todos eles têm formas com ditongo situadas abaixo da isoglossa indicada por Cintra (21 e 6 localidades, respectivamente).

À luz das afirmações anteriores, revela-se necessário analisar as informações transcritas nos cadernos de inquérito do ALPI, de forma a examinar de modo exaustivo a imagem dialectal de cada ponto. A perspectiva desta análise é quantitativa. Não se escolheram palavras consideradas representativas, mas o corpus utilizado para este artigo abrange praticamente todos os itens do questionário que proporcionam uma resposta susceptível de conter a característica que interessa em cada caso. Do mesmo modo, analisam-se todas as respostas recolhidas em cada ponto: se o informante principal alterna a sua pronúncia ou existem informantes secundários com outros traços linguísticos, estas formas são tidas em conta para o cálculo da vitalidade global do fenómeno. Finalmente, tendo em conta as mencionadas divergências metodológicas entre os pesquisadores, pareceu oportuno analisar tanto os dados do Questionário I do ALPI, pesquisado por Otero, como os materiais do Questionário II (pesquisado por Cintra, Gusmão, Otero ou Espinosa, dependendo das localidades, e com participação esporádica de Sanchis Guarner, como se refere na secção 6).[5] Podia discutir-se a oportunidade de separar os dados pesquisados em 1936 e os investigados na década de 50, mas o certo é que os primeiros estão muito localizados no território (cf. mapa 3), pelo que as redes obtidas seriam muito pouco homogéneas e não comparáveis entre si.

Ao todo, examinaram-se 299 perguntas, que originaram um total de 49673 respostas nos 90 pontos da rede.[6] O tratamento quantitativo requer uma metodologia cartográfica específica que permita representar a vitalidade em cada localidade do fenómeno estudado, superando o mencionado estatismo da dialectologia tradicional. O procedimento adoptado foi a tesselação de Voronoi, um processo de representação espacial já conhecido nos estudos dialectológicos pela sua aplicação em dialectometria. Este método geométrico cria polígonos que delimitam a área de influência de cada ponto, isto é, toda a área do plano que fica mais perto dum ponto do que de nenhum outro. É desnecessário dizer que se trata, apenas, de um procedimento de representação espacial que não implica que todo o território incluído no

[5] Razões de espaço aconselharam a não fazer, neste artigo, um confronto sistemático dos resultados obtidos na análise dos dados do Quest. 1 e do Quest. 2, mas proporcionam-se indicações no texto. Os mapas contidos neste trabalho apresentam, conjuntamente, os dados dos dois questionários.

[6] O anexo II contém a listagem de pontos de inquérito do ALPI, enquanto o mapa 3 representa a localização exacta de cada um deles. Embora representados nos mapas, para oferecer uma visão de conjunto de Portugal, as estatísticas e percentagens indicados no texto excluem os pontos 221 e 225 (Rio de Onor e Duas Igrejas, pertencentes ao domínio linguístico asturo-leonês) e 281 (Barrancos, onde se fala o barranquenho, uma variedade mista originada pelo contacto entre espanhol e português).

mesmo polígono partilhe das mesmas características linguísticas. Uma gama graduada de cores marca a vitalidade do fenómeno em cada ponto. Como se observa nas legendas, os penúltimos intervalos de cada estremo (0,1-20% e 80,1-99%) estão subdivididos, para poder distinguir aqueles casos em que a presença/ausência do fenómeno é um facto esporádico (devido normalmente a alterações numa única pergunta) daqueles outros casos em que já se detecta uma tendência sólida. Finalmente, cumpre precisar que não entraram nos cálculos aquelas perguntas que superavam em muito o desvio-padrão da amostra.[7]

3. Primeira característica: ausência de distinção fonológica entre /b/ e /v/

Em terras do Norte de Portugal não se faz distinção entre o fonema bilabial /b/ e o labiodental /v/ (representados por letras diferentes no inventário gráfico: *boi* e *nabo*; *vaca* e *couve*), como acontece no português padrão e na maior parte de Portugal. Nos pontos que carecem de distinção, esta oposição está ausente a favor do primeiro fonema, que é realizado como oclusivo [b] ou fricativo [β], dependendo do contexto.

A evolução diacrónica das labiais em português e a sua repartição territorial no transcorrer da história são temas muito discutidos na Linguística Histórica e uma discussão desta questão ultrapassaria largamente o âmbito deste trabalho. Convém advertir, no entanto, que enquanto a terminologia adoptada por Cintra (*troca* ou *neutralização*, por exemplo) induz a pensar que no território setentrional coexistiram, em tempos, os dois fonemas, actualmente discute-se se o /v/ terá existido alguma vez nessa zona, salvo, se calhar, em contextos muito específicos, como a sonorização do -F- intervocálico latino (PROFECTU > *proveito*). Pode obter-se mais informação sobre as labiais nos já clássicos trabalhos de Pinto (1980) e Maia (1986, 472-485), no recente artigo de Carvalho (2011) ou nas sínteses de Lloyd (1993, 382-383), Riiho (1994) ou Mariño (2008, 88-89).

Para a análise desta característica examinaram-se 83 perguntas do questionário do ALPI, que proporcionaram um total de 6790 respostas, às quais corresponde em português uma pronúncia /v/ (*vinho, vindima, ervilhas*, etc.). Os resultados representam-se no mapa 4. Pouco menos de metade dessas formas (44,97%) tiveram uma pronúncia bilabial, o que dá ideia da notável vitalidade dessa característica. Quanto à sua extensão territorial, 85,55% dos pontos da rede apresenta uma pronúncia bilabial, em maior ou menor grau. Porém, como pode observar-se no mapa, um elevado número de pontos tem registos muito baixos, que seguramente serão devidos a betacismos esporádicos e não à evolução diacrónica que caracteriza outras zonas. De facto, se se excluírem do cômputo os pontos com menos de 5% de vitalidade, esta pronúncia bilabial está presente apenas em metade da rede (54’44%) e a sua vitalidade média nessa zona é de 79,25%.

O confronto do mapa 4 com o da *Nova proposta* de Cintra revela um elevado grau de coincidência nas suas linhas gerais, mas existem desencontros. Convém assinalar em primeiro lugar que o traçado da isoglossa de Cintra não é claro no que diz respeito ao seu percurso pelas zonas próximas da fronteira oriental portuguesa: vários pontos do ALPI (228, 233, 254 e 281) não estão representados no mapa da *Nova proposta*, pelo que é difícil saber por onde passa a isoglossa, especialmente naquelas zonas em que se sobrepõem várias isófonas e as linhas de fronteira política e linguística. Ter-se-ia aguardado, pelo menos, que ficasse claro o carácter bilabial do ponto 233 (Aldeia do Bispo), onde se verifica o fenómeno quase sistematicamente (98,73%); por outro lado, parece provável que a localidade de Rosmaninhal (ponto 254) ficasse de fora, pois não chega a 8% de registos bilabiais. Os outros pontos suscitam mais dúvidas quanto à sua inclusão, porque existem notáveis discordâncias entre a vitalidade registada no questionário 1 (Otero) e no questionário 2 (Cintra). No ponto 228 (Lagoaça), o corpus de Otero proporciona uns reduzidos 3,33% de resultados bilabiais,

[7] Trata-se de perguntas como Quest. 2, 660 *Escoba*, cuja resposta principal, *vassoura*, tem traço bilabial em mais de 90% dos pontos de inquérito, quando a realização média, no conjunto do corpus, não supera 50%.

enquanto os dados pesquisados por Cintra revelam uma vitalidade de 70% (a média global, tendo em conta que o Quest. 1 tem muitas mais perguntas relevantes, situa-se em 16,67%). No que diz respeito a Barrancos (ponto 281), a vitalidade no Quest. 1 é de 100%, enquanto no Quest. 2 supera ligeiramente a metade (54,55%), o que proporciona uma média global de 92,86%. Constata-se, portanto, que as diferenças devidas ao investigador ou à escolha do informante podem ser muito significativas.

A principal discordância com os dados de Cintra é a existência de uma ilhota de conservação na região de Lisboa, que não está assinalada no mapa do filólogo português. É possível que se trate de um lapso,[8] já que a omissão não se explica facilmente, pois o ponto 272 do ALPI (Sobreiro, Mafra) foi uma localidade pesquisada directamente por Cintra (Novembro de 1954) e a pronúncia bilabial foi quase sistemática, seja nos seus inquéritos (97,06%), seja nos de Otero (95,83%). Essa singularidade dialectal, do ponto de vista sincrónico, segue vigente em épocas posteriores. A análise de duas localidades próximas na rede do ALEPG (Álvarez Pérez, no prelo) revelou ainda uma notável vitalidade: o ponto Lx-1 (Fontanelas, Sintra), pesquisado em Janeiro de 1981, deu um resultado de 67%, enquanto Lx-6 (Enxara do Bispo, Mafra), pesquisado em Abril de 1995, revelou uma vitalidade de 39,05%.

O ponto 245 (Montemor-o-Velho), pesquisado por Otero e Gusmão em 1936, apresenta uma vitalidade significativamente inferior (44,74%) à dos pontos que o limitam ao Norte. Este facto é devido à transcrição quase sistemática com um símbolo fonético composto que se define, na introdução do ALPI, como «consonante bilabio-labiodental fricativa sonora»; não é a única localidade em que se utilizou (há registos nos pontos 213, 244 e 274), mas apenas neste ponto é empregue de modo sistemático, precisamente numa localidade situada na linha de fronteira da isoglossa traçada por Cintra.[9]

Em várias ocasiões, os cadernos de inquérito contêm anotações marginais que mencionam a existência de alternâncias na pronúncia, uma variação mais frequente em localidades próximas da linha de fronteira. No ponto 236 (Moimenta da Beira), apesar de transcrever sempre as respostas com bilabial, Otero anota (p. 5) que «El sujeto no tiene fijeza alguna en la distinción *v-b*, tiende a pronunciar las dos como *v*. Más tarde, aunque a veces empieza pronunciando *v*, luego se afirma en *b*». Essa alternância pôde ter sido devida a processos de mudança linguística, mas também à artificialidade da situação de inquérito, com um informante que tencionasse demonstrar o seu domínio do padrão.

4. Segunda característica: existência de fricativas ápico-alveolares surdas e sonoras.

Cintra considera esta característica como a mais relevante para estabelecer uma classificação dialectal, por três motivos principais (Cintra 1964-1971, 106-107):

a) não ultrapassa nos seus extremos nem o curso do Douro nem o do Tejo;

b) está relacionada com o traço escolhido para delimitar português e galego (ensurdecimento das fricativas);

c) trata-se de um fenómeno relevante para os estudos dialectológicos de outros âmbitos peninsulares (dialectos do castelhano).

O sistema consonântico do português arcaico distinguia quatro sibilantes, distribuídas em 2 pares com oposição surda/sonora: um ápicoalveolar e outro predorsodental. Esse sistema conservou-se na ortografia do português padrão e na língua oral dos que Cintra denominou *dialectos transmontanos* e *altominhotos*. Nessa zona distinguem-se quatro pronúncias, segundo a etimologia da palavra: a ápicoalveolar surda ([s̻]) procede essencialmente do s-

[8] De facto, Cintra (1961) apresenta um mapa do fenómeno em que se assinala como ilhota o ponto 272, mas o texto, muito breve, não acrescenta detalhes. O professor português já tinha assinalado (Cintra, 1958), numa primeira apresentação dos resultados dos inquéritos do ALPI, «a existência de ilhotas da passagem a bilabial, nas proximidades de Lisboa» (apud Cintra 1983, 31), mas sem dar qualquer tipo de indicações sobre a sua localização e extensão.

[9] Para os efeitos de cálculo da percentagem de realização das bilabiais, e dado o seu carácter intermédio entre os dois fonemas estudados, atribuiu-se-lhe o valor de 50%.

inicial latino (SALE > *sal*), da geminada intervocálica -SS- (PASSU > *passo*) e, com menos frequência, de grupos consonânticos como -KS- (DIXI > *disse*) ou -RS- (PERSICU > *pêssego*); a ortografia portuguesa representa-a com *s* em posição inicial ou depois de consoante (*urso*) e -*ss*- entre vogais. O seu correspondente sonoro ([z̲]) procede normalmente de um -S- intervocálico latino (CAUSA > *coisa*) e grafa-se como -*s*-. A repartição do par predorsodental é mais complexa, porque no transcorrer da história sucederam-se diversos processos de africação e desafricação e diferentes evoluções estiveram condicionadas por contextos fonéticos e acentuais. A sibilante predorsodental surda [s] procede principalmente das sequências latinas CE e CI (CENTU > *cento*, *CINQUE > *cinco*, FACIO > *faço*) ou TI (PALATIU > *paço*, *CAPTIARE > *caçar*), normalmente em posição inicial ou átona; representa-se ortograficamente com *c* antes das vogais *e* ou *i* e com *ç* antes de *a*, *o* ou *u*. A sibilante predorsodental sonora ([z]) tem origem nas mesmas sequências, mas com condicionamentos fonéticos diferentes (RATIONE > *razão*, PRETIARE > *prezar*, FACERE > *fazer*); grafa-se *z* em português.

Em seguida, Cintra distingue um segundo grupo de dialectos, os *baixo-minhotos, durienses* e *beirões*, nos quais se efectuou uma redução do sistema de quatro elementos, conservando apenas a série ápicoalveolar. Finalmente, os *dialectos centro-meridionais* neutralizaram a oposição em favor das sibilantes predorsodentais e o seu modelo foi o adoptado como referência para a ortofonia do português padrão.[10]

Segura (2003, 189-190) indica que as primeiras referências à perda da distinção entre as quatro sibilantes remontam a finais do século XVI e são feitas pelo gramático Duarte Nunes de Leão. Pode-se obter mais informação sobre evolução histórica das sibilantes portuguesas em Maia (1986, 446-468, 503-507) ou em Martins & Saramago (1993).

O estudo da vitalidade da pronúncia apical requer a análise separada de dois grupos de fricativas. O primeiro abrange aquelas formas que apresentariam uma consoante apical em todos os dialectos setentrionais, tanto no sistema arcaico com quatro elementos (*transmontanos* e *alto-minhotos*) como, logicamente, na zona que apenas emprega as apicais (*baixo-minhotos, durienses* e *beirões*). Trata-se daquelas respostas que seriam grafadas com *s-*, *-ss-* ou *-s-* no português padrão, como *rosa* (ALPI, Quest. 1, 167), *salgueiral* (ALPI, Quest. 2, 479b «campo de sauces») ou *pintassilgo* (ALPI, Quest. 2, 504 «jilguero»). No segundo grupo reúnem-se aquelas formas que apresentariam uma consoante apical apenas na segunda das zonas desenhadas por Cintra, enquanto teriam pronúncia predorsodental na zona com sistema arcaico e nos dialectos meridionais portugueses. São aquelas respostas cuja etimologia dá lugar a uma grafia *c, ç* ou *z* no português padrão, como *cegonha* (ALPI, Quest. 1, 34 «cigüeña»), *cortiço* (ALPI, Quest. 1, 175 «colmena») ou *onze* (ALPI, Quest. 1, 289 «once»).

4.1 Primeiro grupo

O corpus abrange 86 perguntas, que produziram um total de 6694 respostas para as quais se aguardaria uma sibilante apical na totalidade dos dialectos setentrionais. 34,12% do corpus apresentou uma fricativa apical e, quanto à sua extensão no território português, quase metade da rede (45,55%) apresenta formas desse tipo.

A sua distribuição territorial representa-se no mapa 5, onde se pode observar a grande variação existente. Embora a *Nova proposta* atribua a pronúncia apical a todos os dialectos setentrionais, o facto é que a sua vitalidade é muito diferente nos dois subgrupos: nos transmontanos e alto-minhotos, apenas 1 dos 18 pontos apresenta 100% de realizações e há 4

[10] Nos mapas 5 e 6, a linha contínua preta assinala a separação entre os dialectos setentrionais e os centro-meridionais, enquanto a divisão dentro do primeiro grupo está indicada com uma linha ponteada.

que não ultrapassam 50% de vitalidade.[11] Por sua vez, os dialectos durienses apresentam uma realização quase sistemática, enquanto os beirões já têm percentagens menores de fricativas apicais. Cumpre lembrar que o primeiro grupo possui o sistema arcaico de sibilantes, com 4 elementos, pelo que não surpreende que existam movimentos de nivelação para essa pronúncia, favorecidos por ser conhecida nessa zona a pronúncia predorsodental na fala quotidiana, e não apenas no padrão.

A principal discrepância que se detecta no confronto com o mapa de Cintra é a ausência de apicais no litoral noroeste de Portugal, com prolongamento para o interior. É verdade que o filólogo português já assinalara uma ilhota de três pontos com pronúncia predorsodental,[12] mas a análise quantitativa dos materiais do ALPI revela duas discordâncias significativas. Em primeiro lugar, a extensão da área é significativamente maior no mapa 6, que ainda detecta uma ilhota afastada da costa (ponto 210, Fafe, Braga). Em segundo lugar, são precisamente dois dos três pontos assinalados como ilhota na *Nova Proposta* de Cintra os únicos dessa zona que apresentam certa percentagem de respostas apicais nos inquéritos do ALPI. No ponto 207 (Marinhas), pesquisado em 1936, trata-se de um número reduzido (6,49%), mas a situação do ponto imediatamente meridional, o 208 (Apúlia) é mais complicada. A imagem linguística da localidade resulta muito diferente dependendo do caderno analisado: nos materiais recolhidos por Otero, a percentagem de apicais ascende a 44,67%, mas os dados de Cintra reduzem essa percentagem quase à metade (25%), um resultado que é, ainda assim, superior à de outros pontos que não foram assinalados como ilhota por Cintra. As anotações metalinguísticas de Aníbal Otero (pp. 5 e 9 do Quest. 1) demonstram a complexidade da situação nesse ponto: «el sujeto también dice esta segunda [apical sonora] y me informa que es corriente entre los amigos y la gente más tosca [...] El sujeto ofrece gran confusión en la articulación de la *s*, aunque predomina la predorsal; confusión debida a la existencia de las dos *s*».

4.2 Segundo grupo

Foi examinado um corpus de 86 perguntas (de que se obtiveram 6868 respostas) que, segundo a classificação de Cintra, deveriam apresentar uma fricativa apical apenas nos dialectos baixo-minhotos, durienses e beirões. Essa realização esteve presente em 21,35% dos materiais analisados, com uma extensão territorial de cerca de um terço dos pontos da rede do ALPI. A distribuição dos resultados pode observar-se no mapa 6.

A principal divergência deste mapa com a *Nova proposta* é a extensão da já mencionada ilhota litoral, com realizações predorsodentais. Esta área é muito maior do que foi assinalado por Cintra. De facto, a análise dos mapas 5 e 6 demonstra que não existe justificação para incluir o ocidente dos distritos de Viana do Castelo e Braga (e a parte mais a Norte de Porto)[13] no grupo dos dialectos setentrionais, tal como foram definidos por Cintra, pois a sibilante apical é praticamente inexistente naquela zona.

Outra discrepância relevante com a classificação de Cintra é a inclusão do ponto 205 (Salamonde, município de Vieira do Minho) nos dialectos alto-minhotos, pois o seu sistema de sibilantes não é o arcaico de 4 elementos, mas o de 2 sibilantes apicais (surda e sonora),

[11] Para «justificar» algumas respostas sem sibilante apical no ponto 227, Otero anota na margem da pergunta 45 do Quest. 1 («oso», em português 'urso') o seguinte: «Lo conoce de oídas solo, por eso, quizás, hace la s [predorsodental]». Porém, não se trata de uma explicação muito aceitável, porque o informante também proporciona respostas predorsodentais para conceitos como 'passarinho', que existiriam, certamente, no seu vocabulário.

[12] Convém relembrar, no entanto, que Cintra não tinha seguramente um conhecimento exaustivo da realidade linguística de toda essa área, pois a maioria dos pontos dessa zona (202, 203, 207, 212 e 213) foram pesquisados por Otero e Gusmão em 1936.

[13] Com alguma expansão para o interior. O ponto 210 (Fafe, distrito de Braga) carece de apicais no corpus examinado para o primeiro grupo e nas respostas do segundo apresenta um minúsculo 1,28%.

como demonstra o facto de ter, neste segundo grupo de formas, 98,7% de resultados apicais, quando seria suposto que as sibilantes fossem todas predorsodentais.

Também se observa que metade dos pontos situados na área mais setentrional têm uma certa quantidade de realizações apicais, mas sempre em número muito reduzido, que nunca ultrapassa 8% das realizações nessa localidade. Este facto repete-se nos inquéritos do ALEPG (cf. Álvarez Pérez, no prelo), mas com maior vitalidade, chegando num caso até aos 40%. Esse aumento pode indicar que, nalguns casos, o sistema arcaico de 4 elementos caminha para uma redução em favor da série apical, e não da predorsodental, como na generalidade do português.

5. Conservação do fonema africado pós-alveolar surdo [tʃ]

No inventário do português medieval existia uma distinção clara entre um fonema africado pós-alveolar surdo ([tʃ]) e um fonema fricativo pós-alveolar surdo ([ʃ]). O primeiro deles, muito frequente na língua, era normalmente o resultado da evolução dos grupos latinos PL, CL e FL em posição inicial de sílaba. O segundo era menos frequente em português e provinha de etimologias muito diversas (por exemplo, *ASCIATA > *enxada*; CAPSA > *caixa*). Existia, além disso, uma distinção na escrita: o primeiro elemento grafava-se com *ch* e o segundo com *x*. Já na segunda metade do s. XVII, os gramáticos começaram a referir confusões frequentes entre esses dois tipos, originadas por um processo de perda da africação do [tʃ] que levou à sua convergência com a fricativa pós-alveolar. Segundo Segura (2003, 190), a inovação teve origem no sul de Portugal, e Lisboa teve um papel muito importante na sua difusão, pois o facto de ser pronúncia corrente na capital favoreceu a expansão. A evolução histórica da africada e as mudanças na sua extensão territorial durante o século XX foram estudadas pormenorizadamente por Pinto (1981), com apoio de materiais do ILB.

O corpus de estudo abrange 27 perguntas dos questionários do ALPI, que proporcionaram 1917 respostas às quais corresponderia, pela sua etimologia, o fonema [tʃ], tais como *chorar*, *macho*, *sacho*, etc. No entanto, apenas um terço destas respostas (34,80%) mantêm a pronúncia africada. A sua área de extensão geográfica é notável, pois está presente em 50% dos pontos da rede, mas, como se observa no mapa 7, a sua realização dentro dessa área está longe de ser sistemática: a percentagem média situa-se nos 69,47% e apenas 10 localidades de língua portuguesa conservam a africada em todos os casos (outras 9 apresentam valores superiores ao 90%).

Convém assinalar, antes de analisar os resultados, que a conservação da africada é, seguramente, a característica dialectal mais estigmatizada socialmente, pelo que é habitual que aqueles que a possuem tentem disfarçar a sua pronúncia em contextos mais formais. Um testemunho desta situação pode ser a anotação de Cintra no ponto 204 (Tamente, Ponte da Barca): «O informador responde normalmente sem *ĉ* pronunciando *š* com decisão. No entanto, de vez em quando a africada reaparece em conversa livre e é corrente no falar espontâneo das mulheres (pelo menos)».

A distribuição da africada nos materiais do ALPI guarda uma elevada correspondência com aquela traçada por Cintra. Há, no entanto, duas diferenças relevantes. A primeira delas pode dever-se a um facto já assinalado anteriormente: o deficiente conhecimento da situação linguística do noroeste litoral português, dado que a maioria dos pontos dessa zona foram pesquisados por Otero e Gusmão em 1936. Cintra incluiu dois desses pontos, 202 (Moledo) e 203 (Portuzelo), ambos do distrito de Viana do Castelo, dentro da área de africação; no entanto, o mapa 7 revela uma ausência total da consoante africada nessas localidades, uma carência confirmada em décadas posteriores pelos dados do ALEPG. Cintra deixou fora da zona com africada a área litoral dos distritos de Braga e Porto; porém, os dados do ALPI revelam que 4 dos 6 pontos excluídos têm, em maior ou menor grau, realizações africadas. Desses, merece um comentário particular o número 208 (Apúlia, Esposende), porque foi

pesquisado por Cintra e porque o grau de vitalidade da africada nessa localidade, como se observa no mapa 7, é elevado, atingindo 60% das respostas. Neste caso, a exclusão explicar-se-ia, possivelmente, pelo diferente comportamento linguístico dos informantes de Otero e Cintra, pois no questionário pesquisado pelo investigador galego a percentagem de africadas é muito elevada (88,46%), enquanto o questionário aplicado por Cintra conteve apenas 7,14% de respostas desse tipo. Cintra tinha assinalado também uma ilhota de presença do fenómeno no ponto 246 (Lavos, no litoral do distrito de Coimbra). De novo, são consideráveis as divergências entre os dados recolhidos por Otero e por Cintra, mas agora de modo inverso: no questionário pesquisado pelo filólogo galego, a africada está completamente ausente, enquanto os dados do erudito português apresentam 20,33% de ocorrências, com um informante que costuma alternar nas respostas.

Deixando de lado as ilhotas e olhando agora para a área compacta, é necessário comentar o ponto 235 (São João da Pesqueira). A sua vitalidade global é de 37,5%, mas, como aconteceu nos casos anteriores, o comportamento é muito diferente nos inquéritos feitos por Otero e por Cintra. Os materiais recolhidos pelo primeiro chegam ao 69,23% de africadas, mas o informante refere a existência de um processo de mudança linguística, pois indica que a africada era a pronúncia antiga. Por sua vez, nenhuma das respostas às 11 perguntas no questionário de Cintra pertinentes para esta característica conteve consoantes africadas; segundo os dados ao alcance do filólogo português, tratar-se-ia, então, de uma autêntica ilhota que deveria ter sido assinalada no mapa da *Nova proposta*.

O mapa 7, mais do que qualquer outro dos incluídos neste artigo, evidencia a utilidade da investigação na perspectiva quantitativa. Enquanto o mapa da *Nova proposta* carece de informação sobre a vitalidade da africada a norte e leste da isoglossa, esta representação em intervalos graduados evidencia a existência de grandes desigualdades na distribuição desse fonema. Em particular, existem alguns pontos situados por Cintra dentro da área de conservação da africada onde a sua presença é marginal. Um exemplo claro acontece nos pontos 241 (Sobrado de Paiva), 240 (Eiras de Castelões) e 248 (Arganil). O primeiro deles foi incluído dentro da zona da africada, mas no inquérito realizado por Cintra a percentagem de respostas é apenas de 5,56%; por sua vez, os pontos 240 e 248 ficaram de fora, embora o grau de vitalidade do fenómeno fosse muito similar (5% e 4,55%, respectivamente).

6. Conservação dos ditongos.

As outras duas isoglossas escolhidas por Cintra para o desenho da *Nova proposta* são as da monotongação dos ditongos representados graficamente como *ou* e *ei*, aos que já tinha dedicado atenção em Cintra (1970), onde assinalou, a propósito da cronologia do processo de monotongação, que «talvez iniciada durante os sécs. XIII-XIV, certamente se acentuou quando, em fins deste último século e na primeira parte do seguinte, a população do Sul do país, sobretudo do Alentejo, adquiriu papel preponderante nos exércitos e na corte de D. João I» (Cintra, 1970, apud Cintra 1983, 48).

Cumpre mencionar que a questão da transcrição dos ditongos foi polémica durante os inquéritos do ALPI. Como Otero e Cintra trabalhavam praticamente separados em cada ponto, sem trocar opiniões e adoptar critérios comuns, esse problema não ficou resolvido durante os inquéritos e arrastou-se até à fase posterior de elaboração dos mapas; veja-se a correspondência epistolar incluída em Cortés Carreres/García Perales (2009, 257-308). Uma carta de Cintra a Rodríguez-Castellano e a Sanchis Guarner explica em que consiste o problema: «alguns pontos onde se deu um afastamento muito grave entre as duas transcrições: pontos onde o Otero ouvia como ditongo, aquilo que eu asseguro ser uma vogal simples. Neste aspecto, também não estou só. Sem eu nada lhe ter dito sobre este assunto, o Gusmão afirmou-me que a transcrição dele se afastava do Otero precisamente em registar em certos

pontos com vogais simples aquilo que o Otero registava como ditongos e que isso tinha sido motivo de ásperas discussões entre os dois» (Cortés Carreres/García Perales 2009, 283).

A principal discordância estava relacionada com a audição de ditongações em posição tónica (por exemplo, *cabieça*), mas também houve discrepâncias na transcrição dos ditongos *ou* e *ei*. Otero comenta a Sanchis Guarner (Cortés Carreres/García Perales 2009, 291) que ele tinha ouvido que o informante de Cintra em Alcains e Grândola produzia claramente ditongos desses dois tipos em várias respostas, mas a transcrição do filólogo português foi sempre com monotongo.[14] O galego cria que essa conduta tinha duas justificações: a falta de preparação fonética de Cintra e o seu desejo de não contradizer as descrições dialectológicas da Linguística portuguesa da altura, que não registava ditongos nessas localidades.

A existência dessas discrepâncias gerou notáveis discussões entre os membros da equipa do ALPI, nas quais chegaram a participar Menéndez Pidal e, à distância, Navarro Tomás. Finalmente, decidiu-se fazer novos inquéritos no terreno, com a participação de Otero e Cintra e a assistência de Manuel Sanchis Guarner, que actuaria como árbitro. Porém, apesar de se ter comprometido a estar presente, finalmente Otero não participou nas novas viagens, que percorreram numerosos pontos de Portugal em Agosto de 1956; entre as justificações do galego estiveram o desacordo com a planificação de Sanchis Guarner e problemas familiares. Os resultados das excursões foram claramente favoráveis às teses de Cintra. Segundo explica o próprio Sanchis Guarner a Rodríguez-Castellano: «Creo sinceramente que las vocales tónicas portuguesas, a veces tan largas, son de timbre inestable frecuentemente, y en ocasiones algo más cerrado al principio de la articulación, pero aunque ello constituya un embrión de diptongo, es inexacto y desorientador transcribirlas como tales diptongos, según hacía Otero. Hay sin embargo algunos casos aislados de diptongación» (Cortés Carreres/García Perales 2009, 302). Em casos isolados, as correcções efectuadas durante esta segunda excursão também afectaram os ditongos *ou* e *ei*; acontece assim nos pontos 285 (Ourique) e 286 (Monte dos Sapos), onde se refutou a forma *ceifador* com ditongo que Otero tinha transcrito.[15]

6.1. Permanência do ditongo ou (realizado como [ou̯] / [au̯]).

A propósito de *ou*, Teyssier (1982, 52-53) assinala que a data da expansão, em grande escala, do fenómeno é o s. XVII. Para além do ditongo *ou*, também existe uma variante *oi*, com notável presença nalgumas áreas, para a qual foram propostas numerosas hipóteses explicativas (veja-se um resumo em Cintra 1970; apud Cintra 1983, 49-52). No entanto, a isoglossa da *Nova proposta* apenas representa a «fronteira de *ou* conservado perante *o̯* (<*ou*)»; assim sendo, o ditongo *oi* não foi tido em consideração nos cálculos deste artigo.

O corpus estudado abrange 19 perguntas, que proporcionaram 1203 respostas, das quais pouco menos de metade (46,01%) apresenta ainda conservação do ditongo. Como se observa no mapa 8, a sua extensão não se limita à área definida por Cintra, já que 76,67% dos pontos da rede apresentam ditongo em maior ou menor medida. Acontece algo semelhante ao que se observou no mapa 4, dedicado à realização bilabial de [v]; porém, no caso do *ou* são numerosos os pontos situados no intervalo de 20,1-40% de presença do ditongo, pelo que não pode tratar-se de respostas esporádicas, mas de ilhas que foram resistindo à mudança linguística propagada a partir do Sul.

Para além dos referidos pontos com vitalidade média-baixa do ditongo, cumpre indicar a existência de duas localidades, próximas da linha da isoglossa, que apresentam valores mais

[14] Curiosamente, a consulta dos cadernos de inquérito revela que os dois exemplos citados por Otero estão errados. No caso de Grândola, é verdade que Cintra transcreveu com monotongação, mas foi uma transcrição diferente da indicada por Otero. Porém, o erro é mais grave no que diz respeito a Alcains, pois nesse caso Cintra transcreve um ditongo como, aliás, fez em todas as respostas que se analisaram na dita localidade.

[15] Ourique está situado a apenas 20 km a leste de Luzianes, ponto B15 do ALEPG, que nesses inquéritos amostra uma vitalidade muito destacada (32,14%) para ser uma localidade tão a sul da isoglossa de Cintra.

elevados: trata-se do ponto 243 (Famalicão, Aveiro), com uma realização média de 46,43%, e de 247 (Chainça, Coimbra), com 70%. Este facto obrigaria a deslocar para Sul a fronteira entre a área de conservação do ditongo e a de monotongação, unindo-a praticamente com a ilhota que a *Nova proposta* situa no limite entre os distritos de Leiria e Lisboa. Neste caso, não se compreende facilmente a omissão destas duas localidades no mapa de Cintra, pois a presença do ditongo nos seus inquéritos é similar à constante no caderno transcrito por Otero, e mesmo superior, no segundo caso. Um caso diferente é o do ponto 253 (Oleiros, Castelo Branco), na proximidade dos anteriores, que também fica de fora da área de conservação, embora o ditongo tivesse valores de 62,15% nos inquéritos verificados por Cintra[16].

Finalmente, dentro da área de conservação delimitada na *Nova proposta*, quase todos os pontos apresentam uma realização sistemática do ditongo, excepto seis pontos, que se situam, precisamente, nas proximidades da linha de fronteira. Observa-se nidiamente que o processo de mudança linguística está em andamento e que os mapas quantitativos são capazes de representar esta situação. A extensão do ditongo nos inquéritos do ALPI é praticamente idêntica à observada nos materiais do ALEPG (Álvarez Pérez, no prelo), datados de várias décadas mais tarde; porém, a vitalidade será muito menor, até ao ponto de que nenhuma localidade (de língua portuguesa) da rede chega a 100%.

6.2. Permanência do ditongo ei (realizado normalmente [e̯i̯] / [ɐ̯i̯]).

A última variável tomada em consideração por Cintra para a *Nova proposta* foi a preservação do ditongo *ei*, isoglossa que lhe serve para separar os *dialectos do centro-litoral* e os *dialectos do centro-interior e do sul*. O referido ditongo *ei* tem várias origens em português (DIRECTA > *direita*, *AXU > *eixo*, árabe *az-zait* > *azeite*) e a sua monotongação, mais recente do que a de *ou* e com menor extensão territorial, não foi ainda aceite pela norma ortoépica do português.

O corpus tomado em consideração abrange 50 perguntas, que proporcionaram 3932 respostas, das quais quase dois terços (65,79%) apresentaram ditongo. A sua extensão territorial é muito notável, como se pode observar no mapa 9, pois apenas cinco pontos da rede manifestaram monotongação total nas suas formas. É verdade, no entanto, que em várias localidades o ditongo aparece muito ocasionalmente; mais de um quarto da rede apresenta valores inferiores a 20%.

Em qualquer caso, os dados constantes no mapa 9 obrigam a estender a isoglossa para Sul, o que implica alterações na inclusão dialectal dos pontos afectados, que mudariam de subgrupo dentro dos dialectos centro-meridionais. São duas as principais divergências. A primeira localiza-se nos arredores de Lisboa, onde existe uma zona de franca conservação do ditongo; é verdade que esses pontos foram pesquisados em 1936, mas Cintra (1970) tinha dado conta do carácter conservador da capital no que diz respeito à redução do ditongo, pelo que surpreende que não refira esse facto na *Nova proposta*. A segunda discrepância situa-se entre os distritos de Castelo Branco e Santarém, onde há três pontos com notável persistência do ditongo *ei* que não foram incluídos na área de conservação. Chama a atenção, especialmente, a exclusão dos pontos 253 (Oleiros) e 252 (Alcains), porque nessas localidades o corpus recolhido por Cintra apresenta valores especialmente elevados, 82,61% e 100%, respectivamente.

Finalmente, cumpre fazer uma reflexão sobre a situação linguística no Sudeste algarvio. Segundo Álvarez Pérez (no prelo), os inquéritos do ALEPG realizados em 1976 na localidade de Fuseta (ponto F3 do ALEPG e 292 do ALPI) revelaram uma percentagem muito elevada nas respostas com ditongo (80%); na vizinha localidade de Santa Luzia (ponto F2 do ALEPG) os valores foram mais baixos (25,47%), em boa medida pela existência de

[16] O informante de Cintra apresentava quase sistematicamente alternância entre o ditongo e a monotongação e os valores obtidos no inquérito de Otero são reduzidos (20,83%).

alternâncias entre os vários informantes ou mesmo dentro do mesmo informante. Porém, os dados do ALPI não reflectem esta imagem, pois a localidade de Fuseta tem apenas 7,32% nos resultados globais (4,76% no inquérito de Otero e 10% no de Cintra). Seria surpreendente que a presença do ditongo fosse uma inovação dos últimos anos, revertendo o processo de monotongação. Por outro lado, o facto de estar documentado o ditongo em duas localidades e em vários informantes torna difícil supor que se trate de uma característica idiolectal, influenciada, eventualmente, pela presença do ditongo na língua escrita.

Ora bem, o exame do estado material dos cadernos do ALPI levanta suspeitas sobre o grau de realismo do mapa 9. No caderno do Questionário-2 do ponto 292 acontece numerosas vezes (perguntas 416, 524, 681, 682, 706, etc.) que aparece uma transcrição com ditongo, riscada, que é substituída por outra sem ditongo[17]. Do mesmo modo, também se observam nos inquéritos de Otero numerosas correcções deste tipo (perguntas 48, 57, 65, 71, 80, 141, etc.). A interpretação que resulta deste facto é que os informantes produziriam espontaneamente uma forma com ditongo, considerada anómala pelos inquiridores (ou, se calhar, qualificada como inovação pessoal do sujeito)[18], que interrogariam o sujeito sobre a existência de uma forma com monotongação, que o informante admitiria (também não seria alheia à localidade, pela região em que está situada) e que seria considerada, então, como representativa do ponto de inquérito.

Atendendo aos dados dos questionários, a localidade de Fuseta, pertencente ao município de Olhão, configura-se como uma verdadeira ilhota que, pelo menos até ao último quarto do s. XX, manteve a pronúncia com ditongo, apesar do forte processo de monotongação que se estendeu pelos falares meridionais de Portugal.

7. Conclusões

A análise quantitativa dos materiais do ALPI empreendida neste artigo encontrou numerosas discrepâncias em relação à imagem linguística de Portugal transmitida pela *Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses*. Como foi referido anteriormente, as novas metodologias permitem ter uma visão mais pormenorizada do panorama dialectal. Deve ter-se em conta, em qualquer caso, que os materiais do ALPI não têm condições para oferecer uma imagem detalhada do panorama dialectal português, pois a sua rede é pouco densa, já que foi desenhada na perspectiva peninsular; este facto foi já assinalado por trabalhos como Álvarez & Saramago (2012), que evidenciaram muita maior riqueza nos materiais do ALEPG.

Em primeiro lugar, já foi referido que as isoglossas definidas por Cintra são binárias. Delimitam um Portugal onde existe um determinado fenómeno e outro Portugal, do outro lado da linha, onde esse fenómeno está ausente. Ora bem, os estudos dialectais demonstram que os limites entre fenómenos não são discretos. É normal existirem zonas de transição entre um território de realização (quase) total e outro de (quase) total ausência. Além disso, existe muita variação interna dentro desses territórios: a comunidade linguística de uma mesma localidade apresenta comportamentos diferentes dependendo da idade, do sexo, da camada sociocultural, etc. Acrescente-se, ainda, que as informações sobre a distribuição dos fenómenos linguísticos não são obtidas em abstracto, mas segundo a sua realização concreta numa palavra, e é também conhecido que cada palavra tem a sua história, isto é, uma

[17] São curiosas as anotações na pergunta 480 *encina*. A primeira transcrição está completamente riscada e não se consegue perceber qual é a forma que tinha sido indicada. A seguir aparece uma resposta com ditongo, *azinheira*, seguida da anotação *sic!* e da indicação *não corrige*; mas a negação aparece riscada e, na linha seguinte, acrescenta-se *dificilmente*. Finalmente, antes da resposta com ditongo, na linha superior e sublinhada, aparece, em letra mais pequena, uma transcrição com monotongação. Parece, portanto, que no primeiro instante se interpretou *azinheira* como a resposta própria, afirmada pelo informante, que depois se retractou e admitiu a forma *azinhera*.

[18] Se é verdade que a comunicação entre Cintra e Otero era praticamente nula durante os inquéritos, não seria estranho que não estivessem a par de que o informante do seu colega também produzia o ditongo.

determinada característica (ditongo, *s* apical, etc.) pode estar ou não presente, dependendo da etimologia da palavra, do contexto fonético em que se insere o fenómeno, do âmbito de uso do vocábulo, etc.

Este artigo utilizou uma abordagem quantitativa, visto que o exame sistemático de um corpus alargado permite analisar a distribuição territorial dos fenómenos linguísticos de modo mais realista do que tomando em consideração apenas as isoglossas de duas ou três palavras, ou mesmo um balanço geral do ponto, que é necessariamente subjectivo se não se estabelecem previamente critérios homogéneos para os diferentes pontos. No entanto, é importante não esquecer que, como acontece em todo o estudo linguístico, a imagem proporcionada por este artigo é apenas parcial, condicionada pela escolha dos informantes, pela artificialidade inerente à situação de inquérito ou pela formação e metodologia do entrevistador, especialmente quando se trata, como no caso do ALPI, de transcrições feitas no local.

Os mapas apresentados neste artigo revelam diferenças, em maior ou menor grau, com o mapa da *Nova proposta*, no que diz respeito à distribuição e extensão de todos os fenómenos. Convém ter presente que, nalguns casos, as discrepâncias justificam-se por motivos cronológicos, pois o mapa de Cintra apenas teve em consideração os dados do ALPI pesquisados na década de 50 do s. XX, enquanto o corpus utilizado neste artigo toma em consideração todos os pontos da rede. Por vezes, a divergência explica-se porque aqui se tomam em consideração também os materiais recolhidos por Aníbal Otero, e não apenas os colectados pelo filólogo português; no entanto, estes casos são muito mais esporádicos do que se poderia pensar, e não faltam exemplos *ad contrarium*, como no caso dos ditongos *ei* e *ou*, onde Cintra não dá conta da sua existência em certas localidades, apesar de ter obtido lá valores próximos de 100%, quando a análise dos materiais de Otero proporciona valores mais baixos.

As principais novidades reveladas nos mapas deste artigo foram:

- Ausência das sibilantes apicais numa extensa área do litoral noroeste português, muito maior do que a ilhota já assinalada no mapa de Cintra. Esta falta de apicais obrigaria a rever a sua decisão de incluir esse território nos dialectos setentrionais, já que a presença deste tipo de sibilantes foi a característica linguística que Cintra escolheu como coluna dorsal da sua classificação de dialectos.
- Maior extensão da área de conservação dos ditongos de *ei* e *ou*. É verdade que a maioria dos pontos a Sul da linha traçada por Cintra apresenta uma vitalidade discreta, mas existem outros com percentagens de conservação do ditongo superiores a 40%, pelo que não se justificaria a sua exclusão. Para o caso de *ei*, trata-se dos pontos 252, 253 e 260 (pesquisados na década de 50) e 264, 273 e 276 (investigados em 1936, mas para os quais os inquéritos do ALEPG confirmam a existência de ditongo em zonas próximas, pelo que o lógico é que nos anos 50 essa zona também apresentasse o fenómeno), além do caso particular de Fuseta (ponto 292), explicado na secção 6.2. A conservação do ditongo *ei* nesses pontos obrigaria a mudar a classificação dos dialectos portugueses proposta por Cintra, visto que esse era o traço que distinguia os *dialectos do centro litoral* dos *dialectos do centro interior e do Sul*. No que diz respeito a *ou*, deveriam ter sido incluídos na zona de conservação, pelo menos, os pontos 243 e 247, pesquisados ambos em 1953.
- Existência de uma ilhota de ausência de distinção entre consoante bilabial e labiodental no distrito de Lisboa. Esta característica, corroborada pelos inquéritos posteriores do ALEPG, tinha sido assinalada em Cintra (1961), mas não aparece no mapa da *Nova proposta*, nem é referida no texto.

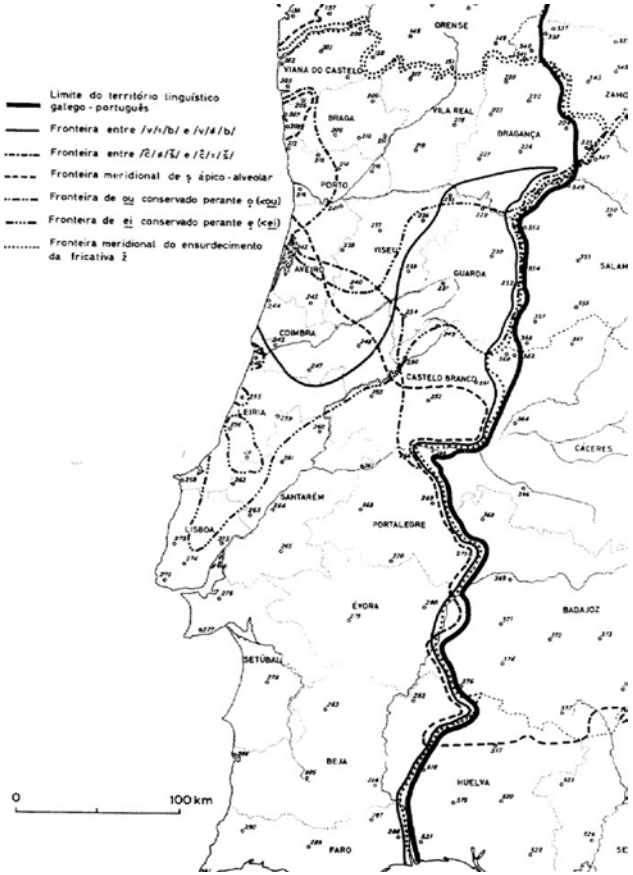
Além disso, a metodologia quantitativa permitiu determinar importantes diferenças na vitalidade dos fenómenos. Por vezes, distinguem-se ilhotas de baixa vitalidade ou de ausência total, dentro de uma área mais compacta com valores notavelmente superiores. Um exemplo é

o ponto 218, que apresenta valores de 27,08% de permanência da africada pós-alveolar, apesar de estar rodeado de pontos de realização quase sistemática. É particularmente interessante a imagem que oferece o mapa 5, que representa a vitalidade das consoantes apicais do primeiro grupo (as representadas na escrita com *s* ou *ss*): entre duas áreas de realização quase sistemática de apicais, há zonas onde estas quase não existem, como no ponto 218 (5,7%) ou 229 (1,26%); algo de similar acontece mais a oeste, com o ponto 210, uma autêntica ilhota, com uma percentagem de 0%. Estas e outras variações da sua vitalidade mostram que a escolha deste fenómeno linguístico como facto diferenciador de dialectos não é totalmente bem sucedida.

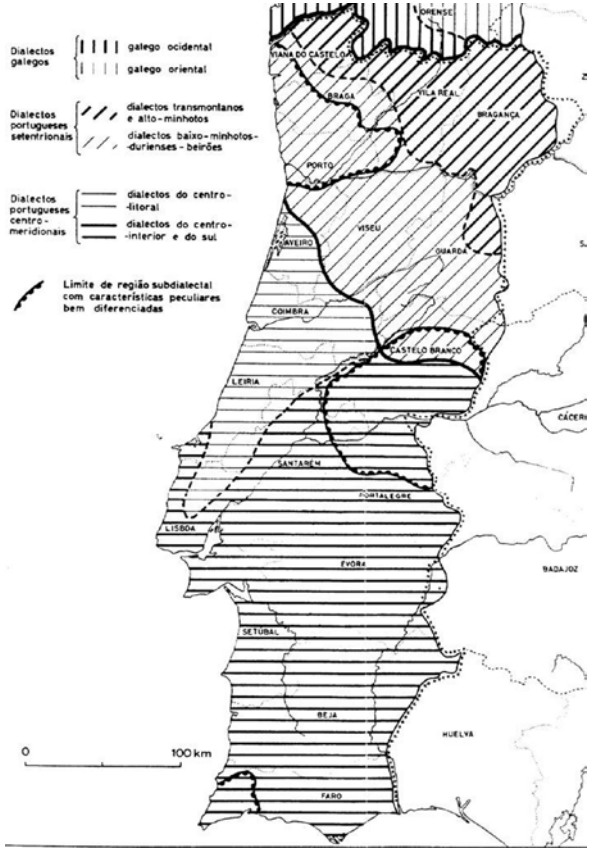
Porém, a maioria das oscilações na vitalidade concentram-se ao redor da linha de fronteira, servindo como indicadores do processo de mudança linguística. A análise percentual permite determinar que o traçado da isoglossa de Cintra incluiu, dentro da área conservadora, localidades com valores muito baixos, enquanto deixou ficar de fora zonas com percentagens elevadas. O mapa 7 proporciona um exemplo claro: o ponto 234 é incluído dentro da área de conservação da africada, com apenas 4,35% de registos no corpus, mas o ponto 208, com 60% de africadas, não está dentro.

Atendendo aos resultados da análise dos materiais do ALPI, seria possível propor novos mapas de conjunto que ofereçam uma imagem mais realista da distribuição dos fenómenos estudados por Cintra. Vistas as grandes diferenças de vitalidade entre os pontos, o problema que se põe perante o investigador é a escolha de um limite quantitativo que sirva como ponto de referência para incluir ou excluir uma dada localidade da área de presença do fenómeno. Qualquer decisão de traçar limites numa escala contínua é, necessariamente, subjectiva e discutível, e implica oferecer imagens muito diferentes. Para tentar conciliar as várias possibilidades, e tendo em conta que o leitor tem ao seu dispor os mapas graduados com toda a informação para cada fenómeno específico, oferecem-se três mapas de síntese, com diferentes critérios. O mapa 10 toma em consideração os pontos com mais de 10% de vitalidade do fenómeno estudado; oferece, portanto, uma imagem conservadora do panorama dialectal. O seu «oposto» é o mapa 12, que abrange apenas aquelas localidades de realização (quase) sistemática, superior a 90%. Finalmente, o mapa 11 é uma visão intermédia, que representa apenas os pontos com vitalidade média-alta (superior a 40%), abrangendo todas as localidades em que o fenómeno tem uma presença marcada.

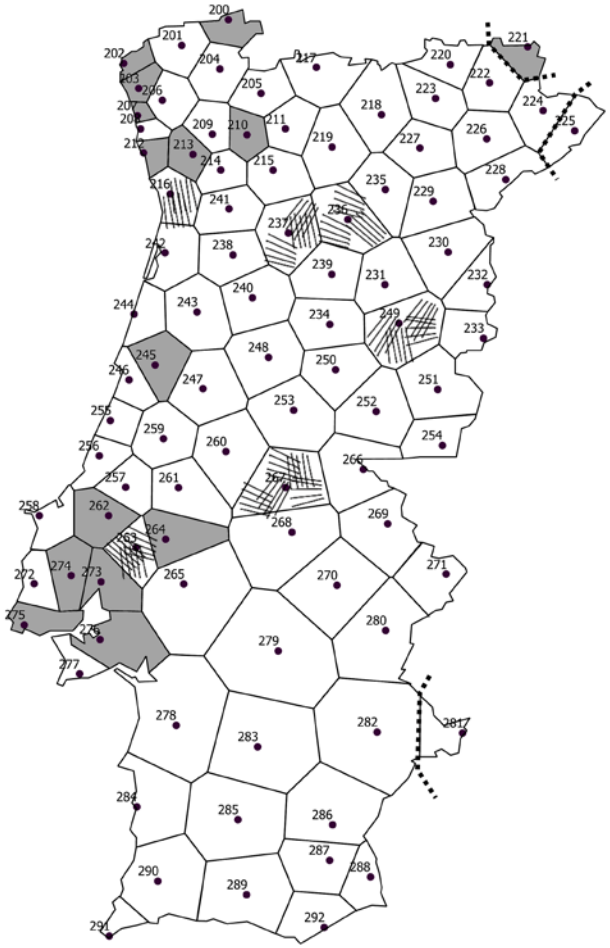
Anexo I



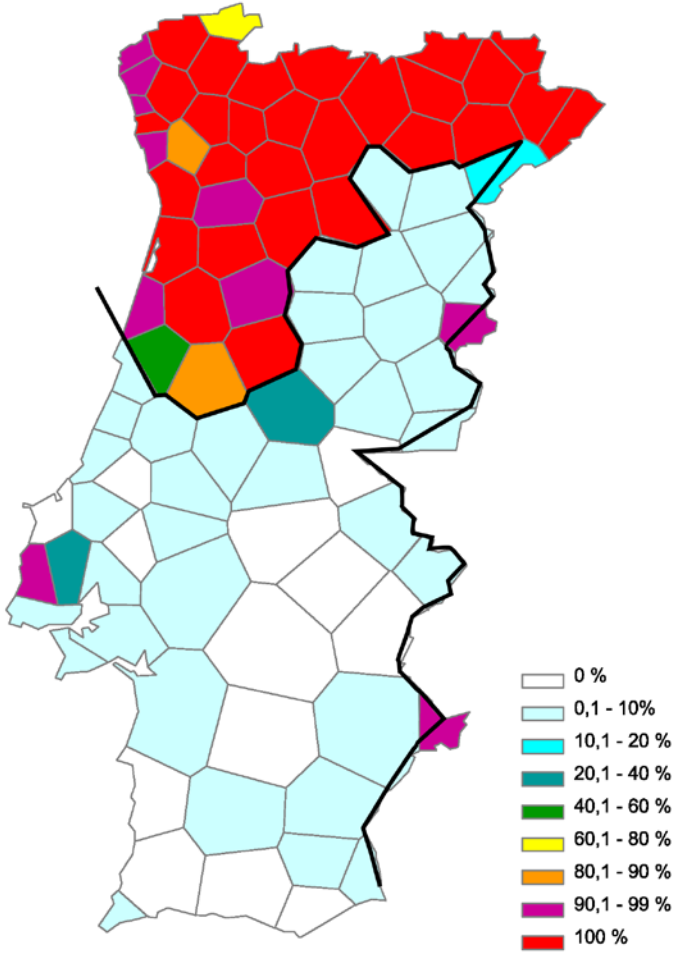
Mapa 1. Isoglossas dialectais assinaladas por Cintra (1964-1971).



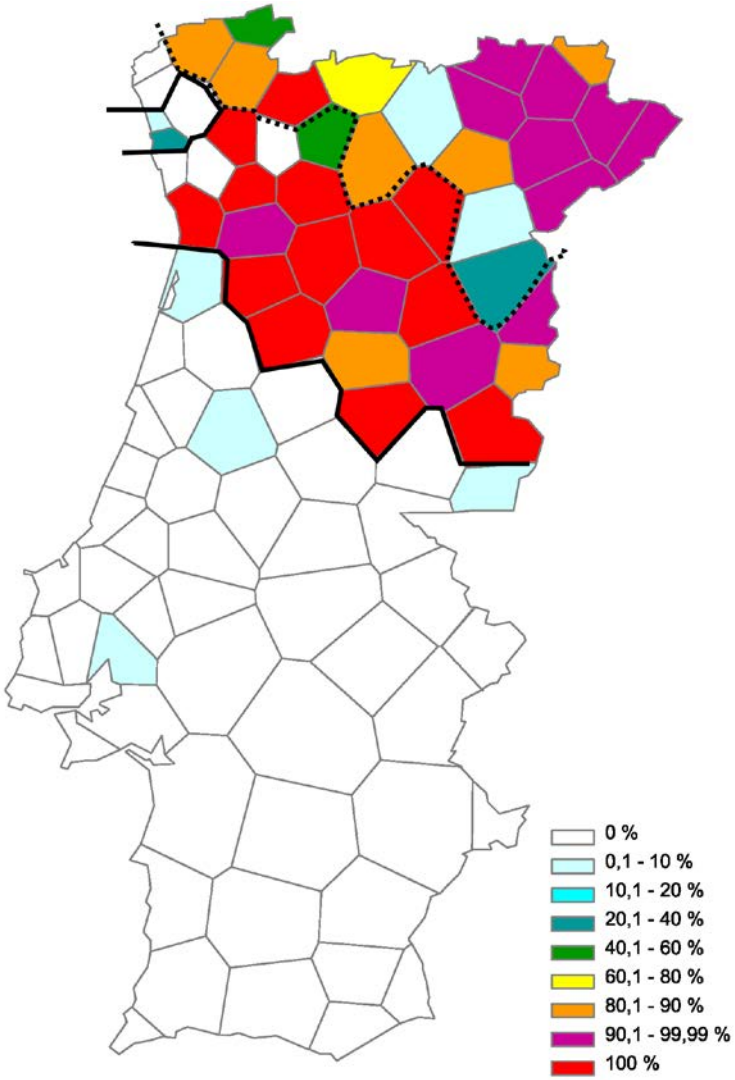
Mapa 2. Classificação dos dialectos portugueses (Cintra 1964-1971).



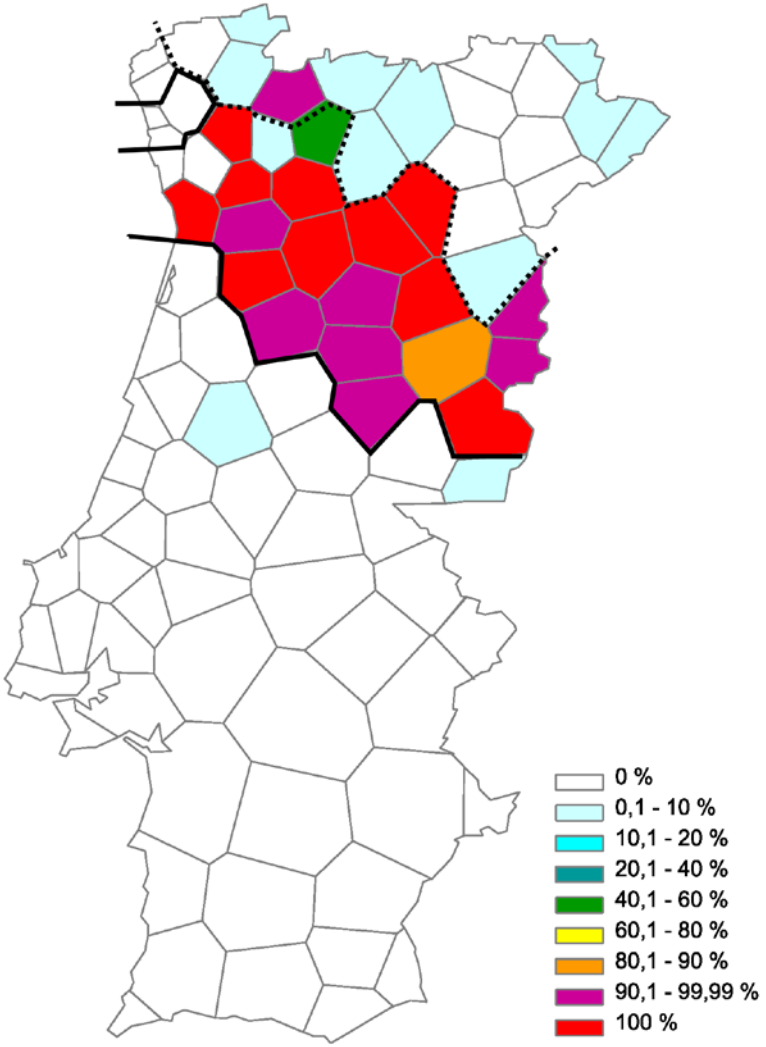
Mapa 3. Rede do ALPI em Portugal. A cor cinzenta destaca os pontos pesquisados em 1936. Os pontos riscados foram os pesquisados apenas por Otero em 1953 (cf. nota 5). Finalmente, uma linha separa os pontos asturo-leoneses e o barranquenho.



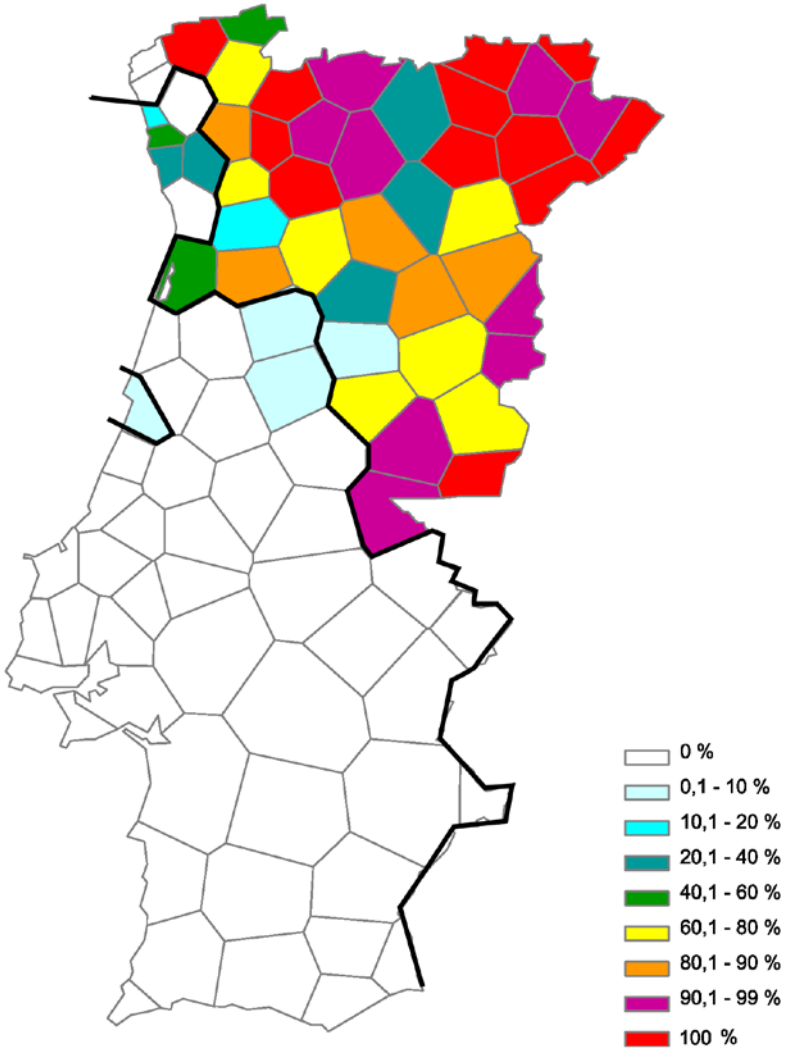
Mapa 4. Pronúncia bilabial em formas onde o português padrão tem um fonema labiodental /v/.



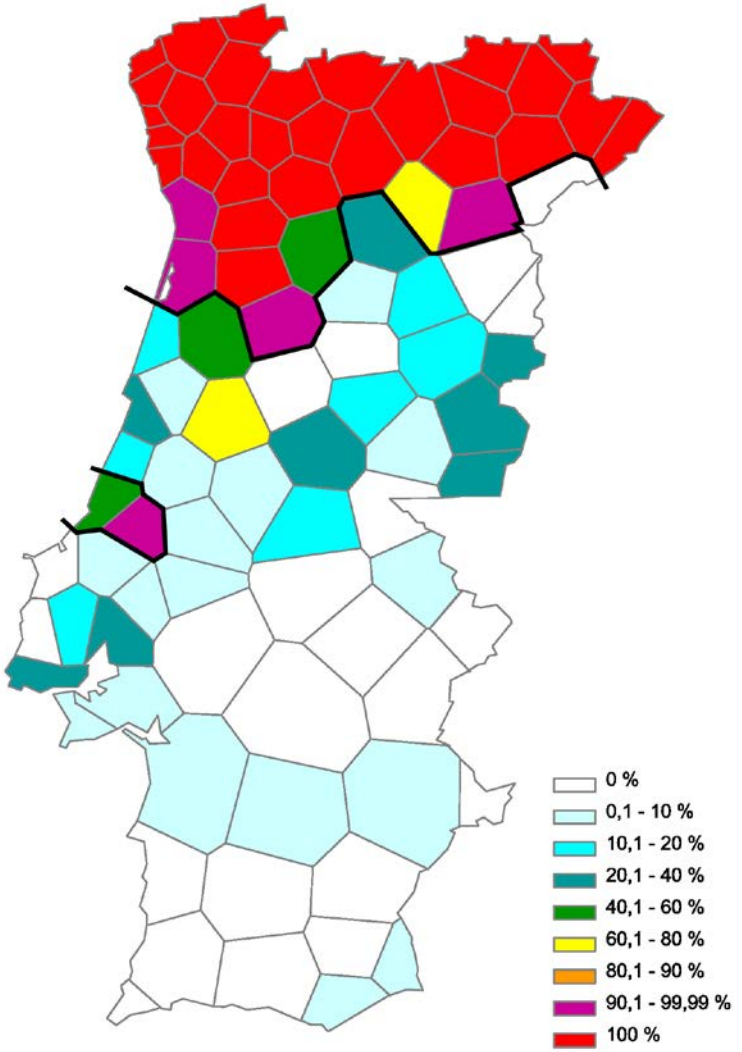
Mapa 5. Pronúncia ápico-alveolar (primeiro grupo).



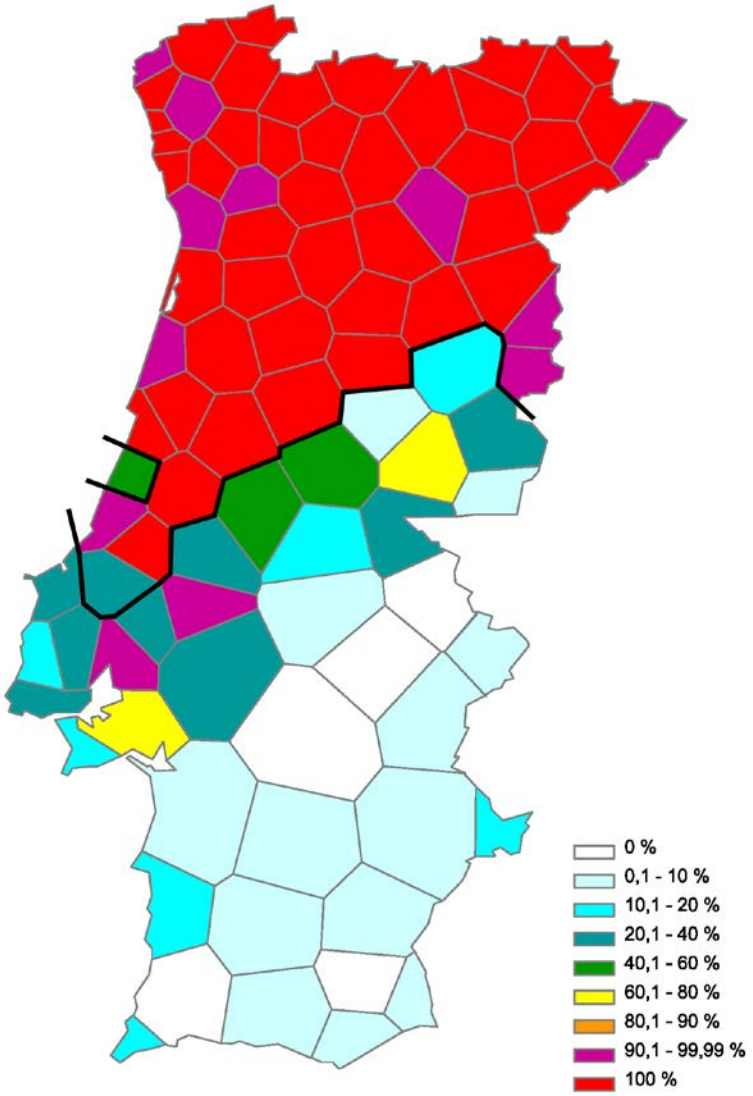
Mapa 6. Pronúncia ápico-alveolar (segundo grupo).



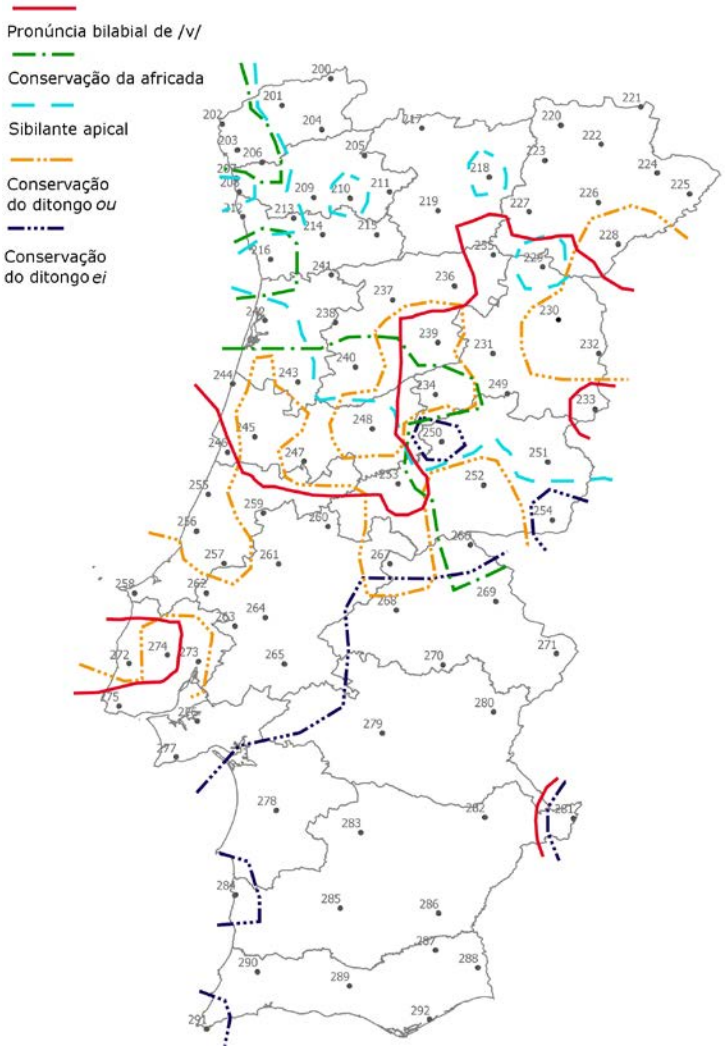
Mapa 7. Pronúncia africada.



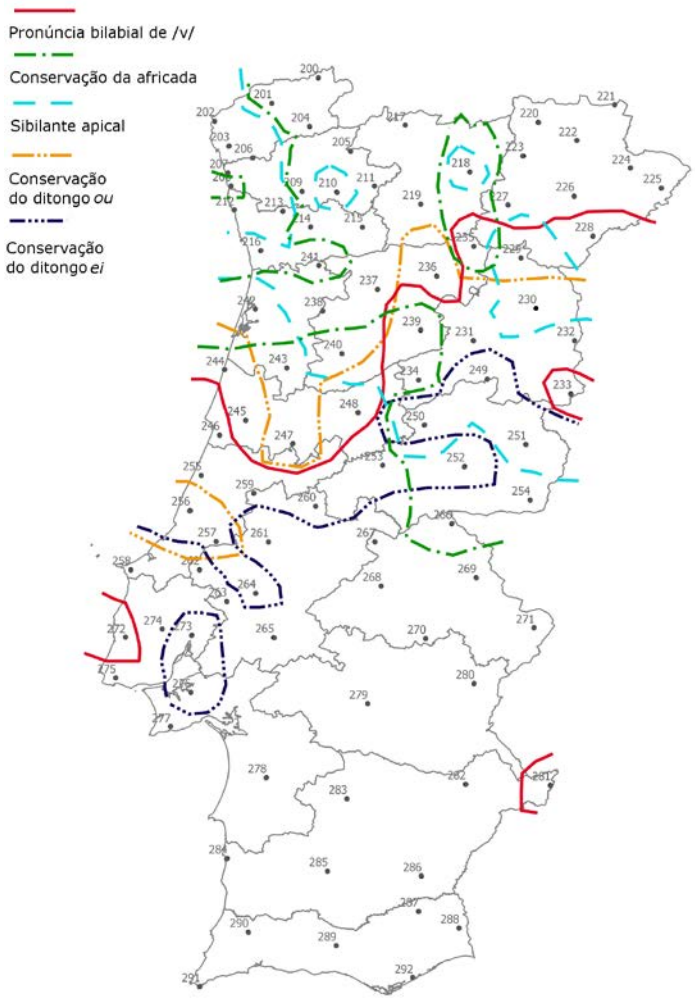
Mapa 8. Conservação do ditongo *ou*.



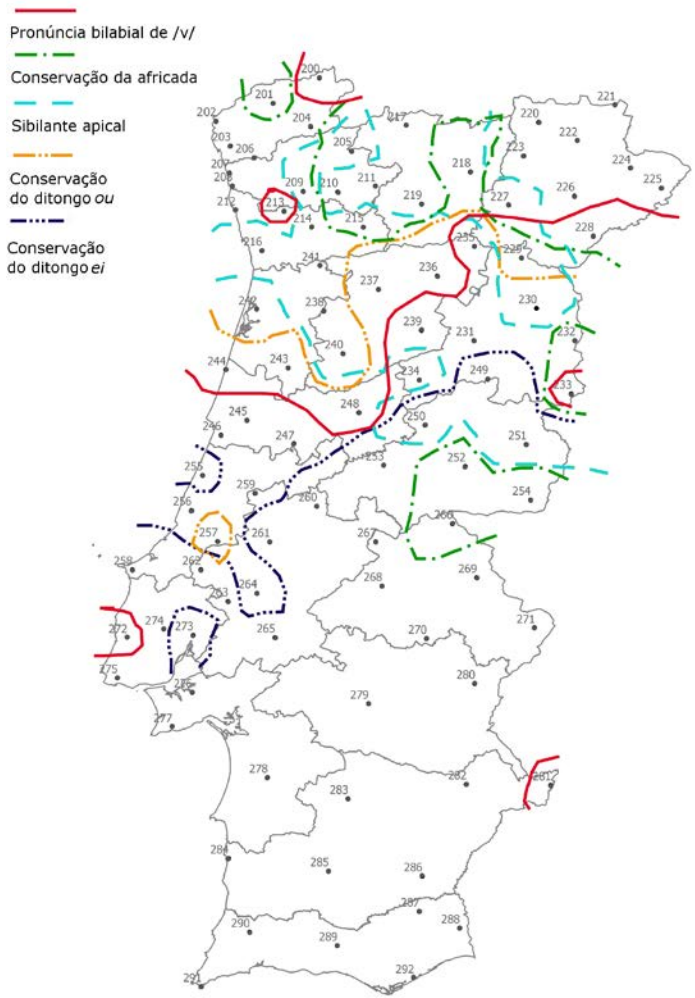
Mapa 9. Conservação do ditongo *ei*.



Mapa 10. Mapa de conjunto das isoglossas, tomando em consideração os pontos com vitalidade superior a 10%.



Mapa 11. Mapa de conjunto das isoglossas, tomando em consideração os pontos com vitalidade média-alta, superior a 40%.



Mapa 12. Mapa de conjunto das isoglossas, tomando em consideração os pontos com vitalidade superior a 90%.

Anexo II: Pontos e datas dos inquéritos do ALPI

A informação sobre as datas e os investigadores foi retirada dos cadernos do ALPI. Em Agosto de 1956, Cintra e Sanchis Guarner fizeram uma excursão por numerosos pontos da rede (segundo o mapa de *colaboradores de encuesta* do vol. I do ALPI, foram os seguintes: 201, 204, 206, 208, 214, 217, 218, 220, 223, 226, 227, 238, 241, 271, 282, 283, 284, 285 e 286), para analisar a correcção das transcrições, vistas as discrepâncias existentes entre Cintra e Otero a propósito da ditongação. No entanto, este facto nem sempre foi indicado nos cadernos: apenas nos pontos 282, 284, 285 e 286 se indica a existência da excursão e a sua data; nessas localidades e em 201 e 204 há transcrições de Sanchis Guarner ao pé das de Otero.

Nº	**Localidade e concelho**	**Distrito**	**Investigadores**	**Data**
200	Paderne (Melgaço)	Viana do Castelo	Otero, Gusmão	20/7/1936
201	Insalde (Paredes de Coura)	Viana do Castelo	Otero, Cintra	5/9/1954
202	Moledo (Caminha)	Viana do Castelo	Otero, Gusmão	17/7/1936
203	Portuzelo (Viana do Castelo)	Viana do Castelo	Otero, Gusmão	14/7/1936
204	Tamente (Ponte da Barca)	Viana do Castelo	Otero, Cintra	31/8/1954
205	Salamonde (Vieira do Minho)	Braga	Otero, Cintra	21/8/1954
206	Balugães (Barcelos)	Braga	Otero, Cintra	3/9/1954
207	Marinhas (Esposende)	Braga	Otero, Gusmão	10/7/1936
208	Apúlia (Esposende)	Braga	Otero, Cintra	10/9/1954
209	São João de Brito (Guimarães)	Braga	Otero, Cintra	8/9/1954
210	Fafe (Fafe)	Braga	Otero, Gusmão	7/7/1936
211	Arco de Baúlhe (Cabeceiras de Basto)	Braga	Otero, Cintra	12/9/1954
212	Vila do Conde (Vila do Conde)	Porto	Otero, Gusmão	30/6/1936
213	Santo Tirso (Santo Tirso)	Porto	Otero, Gusmão	4/7/1936
214	Nevogilde (Lousada)	Porto	Otero, Cintra	8/8/1954
215	Gondar (Amarante)	Porto	Otero, Cintra	14/9/1954
216	Paço de Rei (Vila Nova de Gaia)	Porto	Otero	14/10/1953
217	Montalegre (Montalegre)	Vila Real	Otero, Cintra	19/8/1954
218	Carrazedo de Montenegro (Valpaços)	Vila Real	Otero, Cintra	15/8/1954
219	Vilarinho de Samardã (Vila Real)	Vila Real	Otero, Cintra	17/8/1954
220	Sobreiró (Vinhais)	Bragança	Otero, Cintra	1/8/1954
221	Rio de Onor (Bragança)	Bragança	Otero, Espinosa	1934 (?)
222	Rebordãos (Bragança)	Bragança	Otero, Cintra	27/7/1954
223	Torre de Dona Chama (Mirandela)	Bragança	Otero, Cintra	12/8/1954
224	Vimioso (Vimioso)	Bragança	Otero, Cintra	24/7/1954
225	Duas Igrejas (Miranda do Douro)	Bragança	Otero, Cintra	21/7/1954
226	Peredo (Macedo de Cavaleiros)	Bragança	Otero, Cintra	29/7/1954
227	Vilarinho das Azendas (Vila Flor)	Bragança	Otero, Cintra	10/8/1954
228	Lagoaça (Freixo de Espada à Cinta)	Bragança	Otero, Cintra	5/8/1954
229	Vila Nova de Foz Côa (Vila Nova de Foz Côa)	Guarda	Otero, Cintra	8/10/1953
230	Quinta Nova (Pinhel)	Guarda	Otero, Cintra	6/8/1953
231	Casas de Soeiro (Celorico da Beira)	Guarda	Otero, Cintra	16/8/1953
232	Vilar Formoso (Almeida)	Guarda	Otero, Cintra	4/10/1953
233	Aldeia do Bispo (Sabugal)	Guarda	Otero, Cintra	20/9/1953

234	São Romão (Seia)	Guarda	Otero, Cintra[19]	2/8/1953
235	São João da Pesqueira (São João da Pesqueira)	Viseu	Otero, Cintra	11/10/1953
236	Moimenta da Beira (Moimenta da Beira)	Viseu	Otero	11/8/1953
237	Vale de Matos (Castro Daire)	Viseu	Otero	7/8/1953
238	Conlela (Oliveira de Frades)	Viseu	Otero, Cintra	25/10/1953
239	Castendo (Penalva do Castelo)	Viseu	Otero, Cintra	14/08/1953
240	Eiras de Castelões (Tondela)	Viseu	Otero, Cintra	2/10/1953
241	Sobrado (Castelo de Paiva)	Aveiro	Otero, Cintra	18/10/1953
242	Pardilhó (Estarreja)	Aveiro	Otero, Cintra	21/10/1953
243	Famalicão (Anadia)	Aveiro	Otero, Cintra	20/7/1953
244	Praia de Mira (Mira)	Coimbra	Otero, Cintra	17/7/1953
245	Montemor-o-Velho (Montemor-o-Velho)	Coimbra	Otero, Gusmão	25/6/1936
246	Lavos (Figueira da Foz)	Coimbra	Otero, Cintra	19/6/1953
247	Chainça (Penela)	Coimbra	Otero, Cintra	14/7/1953
248	Arganil (Arganil)	Coimbra	Otero, Cintra	26/9/1953
249	Belmonte (Belmonte)	Castelo Branco	Otero	19/8/1953
250	Ourondo (Covilhã)	Castelo Branco	Otero, Cintra[20]	15/9/1953
251	Monsanto (Idanha-a-Nova)	Castelo Branco	Otero, Cintra	5/9/1953
252	Alcains (Castelo Branco)	Castelo Branco	Otero, Cintra	12/9/1953
253	Oleiros (Oleiros)	Castelo Branco	Otero, Cintra	8/7/1953
254	Rosmaninhal (Idanha-a-Nova)	Castelo Branco	Otero, Cintra	9/9/1953
255	Vieira (Marinha Grande)	Leiria	Otero, Cintra	17/6/1953
256	Pataias (Alcobaça)	Leiria	Otero, Cintra	13/6/1953
257	Mendiga (Porto de Mós)	Leiria	Otero, Cintra	22/6/1953
258	Atouguia da Baleia (Peniche)	Leiria	Otero, Cintra	9/6/1953
259	Espite (Vila Nova de Ourém)	Santarém	Otero, Cintra	9/11/1954
260	Ferreira do Zêzere (Ferreira do Zêzere)	Santarém	Otero, Cintra	5/7/1953
261	Lapas (Torres Novas)	Santarém	Otero, Cintra	1/7/1953
262	Rio Maior (Rio Maior)	Santarém	Otero, Gusmão	5/6/1936
263	Cartaxo (Cartaxo)	Santarém	Otero	25/6/1953
264	Almeirim (Almeirim)	Santarém	Otero, Gusmão	1/6/1936
265	Coruche (Coruche)	Santarém	Otero, Cintra	31/10/1954
266	Montalvão (Nisa)	Portalegre	Otero, Cintra	27/9/1954
267	Belver (Gavião)	Portalegre	Otero	24/8/1953
268	Vale de Açor (Ponte de Sor)	Portalegre	Otero, Cintra	22/9/1954
269	Reguengo (Portalegre)	Portalegre	Otero, Cintra	25/9/1954
270	Sousel (Sousel)	Portalegre	Otero, Cintra	5/10/1954
271	Campo Maior (Campo Maior)	Portalegre	Otero, Cintra	30/9/1954
272	Sobreiro (Mafra)	Lisboa	Otero, Cintra	12/11/1954
273	Povos (Vila Franca de Xira)	Lisboa	Otero, Gusmão	26/5/1936
274	Almargem do Bispo (Sintra)	Lisboa	Otero, Gusmão	16/6/1936
275	Alcabideche (Cascais)	Lisboa	Otero, Gusmão	20/6/1936
276	Moita (Moita)	Setúbal	Otero, Gusmão	12/6/1936
277	Santana (Sesimbra)	Setúbal	Otero, Cintra	29/7/1953
278	Grândola (Grândola)	Setúbal	Otero, Cintra	12/10/1954

[19] A maior parte do Questionário-2 contem transcrições de Otero, mas há alguma anotação de Cintra.

[20] A maior parte do Questionário-2 contem transcrições de Otero, mas há alguma anotação de Cintra.

279	São Matias (Évora)	Évora	Otero, Cintra	29/10/1954
280	Alandroal (Alandroal)	Évora	Otero, Cintra	3/10/1954
281	Barrancos (Barrancos)	Beja	Otero, Cintra	25/10/1954
282	Moura (Moura)	Beja	Otero, Cintra	23/10/1954 (revisto em 18/8/1956)
283	Ferreira do Alentejo (Ferreira do Alentejo)	Beja	Otero, Cintra	18/10/1954
284	Vila Nova de Milfontes (Odemira)	Beja	Otero, Cintra	13/10/1954 (revisto em 15/8/1956)
285	Ourique (Ourique)	Beja	Otero, Cintra	16/10/1954 (revisto em 16/8/1956)
286	Monte dos Sapos (Mértola)	Beja	Otero, Cintra	21/10/1954 (revisto em 17/8/1956)
287	Santa Justa (Alcoutim)	Faro	Otero, Cintra	5/7/1954
288	Odeleite (Castro Marim)	Faro	Otero, Cintra	2/7/1954
289	Alte (Loulé)	Faro	Otero, Cintra	26/6/1954
290	Marmelete (Monchique)	Faro	Otero, Cintra	23/6/1954
291	Sagres (Vila do Bispo)	Faro	Otero, Cintra	20/6/1954
292	Fuseta (Olhão)	Faro	Otero, Cintra	29/6/1954

Bibliografia

Álvarez Pérez, Xosé Afonso/Saramago João, *Áreas lexicais galegas e portuguesas: um novo olhar para a proposta de Cintra*, ER XXXIV (2012), 55-97.

Álvarez Pérez, Xosé Afonso, *European Portuguese dialectal features: a comparison with Cintra's proposal*, *Journal of Portuguese Linguistics* (no prelo).

Cardeira, Esperança, *Alguns dados sobre o sistema de sibilantes do português*, in: Castro, Ivo/Duarte, Inês (edd.), *Razões e Emoção. Miscelânea de estudos oferecida a Maria Helena Mira Mateus*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, I, 2003, 129-145.

Carvalho, Maria José, *Breve contribuição para o estudo da génese e formação dos dialectos centro-meridionais portugueses* », in: Frota, Sónia/Santos, Ana Lúcia (edd.), *Textos seleccionados do XXIII Encontro Nacional da APL (Évora, 1-3 de Outubro de 2007)*, Lisboa, Colibri, 2008, 93-103. http://www.apl.org.pt/docs/23-textos-seleccionados/7-Carvalho.pdf (consultado em 19/09/2013).

Carvalho, Maria José, *Duas inovações consonânticas num corpus medieval: simplificação do sistema de quatro sibilantes e neutralização da oposição fonológica b/v* , in: Costa, Armanda/Falé, Isabel/Barbosa, Pilar (ed.), *XXVI Encontro Nacional da APL. Textos Seleccionados 2010 (Porto 2010)*, Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, 2011, 140-152. http://www.apl.org.pt/docs/26-textos-seleccionados/Carvalho.pdf (consultado em 19/09/2013).

Cintra, Luís F. Lindley, *Une frontière lexicale et phonétique dans le domaine linguistique portugais*, BF XX (1961), 31-39 (= *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica*).

Cintra, Luís F. Lindley, *Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses*, BF XXII (1964-1971), 81-116.

Cintra, Luís F. Lindley, *Os ditongos decrescentes ou e ei: esquema de um estudo sincrónico e diacrónico*, *Anais do Primeiro Simpósio de Filologia Românica* (1958), Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1970, 115-134.

Cintra, Luís F. Lindley (dir.), *Bibliografia dialectal galego-portuguesa*, Lisboa, Centro de Linguística das Universidades de Lisboa, 1976.

Cintra, Luís F. Lindley, *Estudos de Dialectologia Portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa, 1983.

Cortés Carreres, Santi/García Perales, Vicent (edd.), *La historia interna del* Atlas Lingüístico de la Península Ibérica *(ALPI): Correspondencia (1910-1976)*, València, Universitat de València, 2009.

Lloyd, Paul M., *Del latín al español. I. Fonología y morfología históricas de la lengua española*, Madrid, Gredos, 1993.

Maia, Clarinda de Azevedo, *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (Com referência à situação do galego moderno)*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986 (Reimpressa em 1997. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica).

Mariño Paz, Ramón, *Historia de la lengua gallega*, München, Lincom, 2008.

Martins, Ana Maria, 2003. Variação e Mudança no Português, in: *A Língua Portuguesa: Actas dos IX Cursos Internacionais de Verão de Cascais – 2002*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais / Instituto de Estudos Sociais, 2003, 29-44. http://www.clul.ul.pt/files/ana_maria_martins/MartinsVariacaoMudanca.pdf (consultado em 19/09/2013).

Martins, Ana Maria/Saramago, João, *As sibilantes em português: Um estudo de geografia linguística e de fonética experimental*, in: Lorenzo, Ramón (ed.), *Actas do XIX Congreso*

Internacional de Linguística e Filoloxía Románicas (Universidade de Santiago de Compostela, 1989), A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza, 4, 1993, 121-142.

Pedrazuela Fuentes, Mario, *Nuevos documentos para la historia del 'ALPI'*, RFE LXXXV(2) (2005), 271-293. http://revistadefilologiaespañola.revistas.csic.es/index.php/rfe/article/view/90/89 (consultado em 19/09/2013).

Pinto, Adelina A., *A neutralização da oposição fonológica v/b em português: estudo sincrónico e diacrónico*, *Biblos* LVI (1980), 599-651.

Pinto, Adelina A., 1981. *A africada č em português: estudo sincrónico e diacrónico*, BF XXVI (1981), 139-192.

Ricós Vidal, Amparo, *España, Portugal y el 'ALPI'. Notas para una historia inacabada*, in: Marcos de Dios, Ángel (ed.), *Aula Ibérica: Actas de los congresos de Évora y Salamanca (2006-2007)*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 2007, 183-194.

Riiho, Timo, *Portugiesisch: Interne Sprachgeschichte und Ent-wicklungstendenzen*, in: Holtus, Günter/Metzeltin, Michael/Schmitt, Christian (ed.): *LRL 6/2*, Tübingen, Niemeyer, 1994, 498-511.

Centro de Linguística da Universidade de Lisboa XOSÉ AFONSO ÁLVAREZ PÉREZ